

A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DA EEEP ALAN PINHO TABOSA: UMA INTERSEÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE, O MOVIMENTO PRECE E A REDE DE ENSINO CEARENSE¹

Talita Feitosa de Moisés Queiroz ²
Verônica Salgueiro do Nascimento ³

RESUMO

O acesso ao ensino superior das camadas mais pobres possibilita o rompimento de ciclos intergeracionais de pobreza. O que leva ao debate sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior e sua inexorável relação com a educação básica. E aqui se acrescentará o papel da sociedade civil organizada nessa dinâmica. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a tessitura entre ensino superior, educação básica e sociedade civil que culminou na experiência da EEEP Alan Pinho Tabosa. Para tanto, foi utilizada abordagem qualitativa na análise documental, adotando a perspectiva da Avaliação em Profundidade e os eixos analíticos: análise de contexto de formulação da política, análise dos conteúdos da política e análise de trajetória institucional da política. Dessa maneira, foi possível identificar que o surgimento da EEEP Alan Pinho Tabosa como uma experiência interinstitucional da Universidade Federal do Ceará, Secretaria Estadual de Educação do Ceará e PRECE/Instituto Coração de Estudante foi possível dentro de uma confluência de uma conjuntura social e política progressista de expansão das universidades federais, ampliação de repasses de recursos para educação básica e abertura para inserção da sociedade civil organizada na gestão pública, viabilizando uma potente experiência pedagógica capaz de promover formação integral, articulando competências acadêmicas, socioemocionais e a construção de uma rede discente de apoio para enfrentamento de dificuldades pessoais, escolares e sociais. Por fim, espera-se que no adverso contexto atual de ataques a educação pública, o estabelecimento de tais parcerias viabilizem estratégias de resistência e transformação social tão fundamentais ao Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Política de educação, Acesso à Universidade, Sociedade Civil, Rede Estudantil.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda no mundo. Essa desigualdade tem cor, gênero e naturalidade: pessoas negras, mulheres e nordestinos são

¹ Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, talitafdemoises@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Ceará - UFC, vesalgueiro@ufc.br.

os que recebem as menores rendas, segundo os dados divulgados este ano da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O acesso a escolarização das camadas mais pobres possibilita o rompimento de ciclos intergeracionais de pobreza, especialmente tratando-se de ensino superior. Atualmente, uma pessoa com diploma ganha 5,9 vezes mais. Todavia, apenas 12% dos jovens brasileiros estão na Universidade (CARVALHO; WALTENBERG, 2015).

O que leva ao importante debate sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior, bem como a inexorável relação com a educação básica. E aqui se acrescentará uma terceira dimensão que é o papel da sociedade civil organizada nessa dinâmica com os estudantes de origem popular.

Tendo isso em vista, é interessante um olhar atento para iniciativas que possam trazer apontamentos nessa direção. A educação cearense tem protagonizado experiências exitosas e se tornado referência nacional por algumas de suas estratégias, uma delas é a Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa.

Inaugurada em 2011, no Município de Pentecoste-CE, a escola Alan Pinho Tabosa é umas das 119 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) existentes no estado do Ceará. Contudo, diferenciando-a das demais, foi firmada em sua fundação parceria entre a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC)⁴ para que a recém-inaugurada escola fosse um espaço de utilização da metodologia do PRECE (Programa de Educação em Células Cooperativas) do Instituto Coração de Estudante (ICORES), um ente de sociedade civil organizada de base comunitária.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a tessitura entre ensino superior, educação básica e sociedade civil que culminou na experiência da Alan Pinho Tabosa. E como objetivos específicos: a) delinear breve contextualização sócio-política de um governo progressista em um estado neoliberal; b) Identificar os principais marcos regulatórios das políticas de educação básica e expansão das universidades federais recentes; c) Caracterizar as parcerias público-privado e seus reflexos nas trajetória institucional do PRECE/Instituto Coração de Estudante.

Para análise de contextualização política e social se partirá da discussão sobre o Estado moderno feita por Mészáros (2011) e Caravvalho (2015, 2011) de prisma

⁴ Convênio “UFC na educação básica: aprendizagem cooperativa” (Nº Doc livre 1055677/14/04/2011).Disponível em: < <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2011/2500-ufc-e-seduc-parceiras-na-escola-profissionalizante-de-pentecoste> > Acesso em 10/07/2020.

marxista sobre a relação Estado e Capital na contemporaneidade, caracterizando o Capitalismo financeiro, o Estado neoliberal e seus efeitos no Brasil (PAULANI, 2012).

Para o resgate dos principais marcos regulatórios da política de educação será empregada a perspectiva da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2019; GUSSI *et al.*, 2019), entendendo o texto da política dentro de seu respectivo contexto.

Sobre o papel da sociedade civil organizada e sua trajetória no seio das transformações da relação público-privado será subsidiado pelas análises feitas por Gohn (2003, 1997), Dagnino (2002) e Citó (2018), distinguindo os diferentes papéis sociais que essas entidades ocupam.

Por fim, também serão feitas articulações com pesquisas sobre a experiência pedagógica desenvolvida na EEEP APT e sua origem no movimento PRECE feitas por Andrade (2019); Andrade Neto (2018), Ribeiro (2018) e Barbosa (2016).

METODOLOGIA

O presente trabalho parte da metodologia da disciplina de “Avaliação de Políticas Públicas” do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Essa proposição metodológica traz para a pesquisa acadêmica, sobretudo no campo das políticas públicas, a necessidade de uma epistemologia multidimensional (RODRIGUES, 2019, 2016). Ludke e André colocam que “Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica” (1986, p.5).

Por isso, para realização dessa pesquisa empregou-se uma abordagem qualitativa, cuja atenção está sobre “mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p.22). Em consonância a isso se adotou a perspectiva da Avaliação em Profundidade, que traz para avaliação das políticas públicas “contexto, historicidade e processo e tem um foco privilegiado na noção de trajetória, uma vez que esta permite apreender como e porque uma política se torna positiva ou negativa e os possíveis desvios e mudanças de rota na condução da política” (RODRIGUES, 2019, pp.183-184). Assim, empregaram-se três eixos analíticos da avaliação em profundidade: análise de contexto de formulação da política, análise dos conteúdos da política e análise de trajetória institucional da política.

Para tanto, foi utilizada a técnica de análise documental (GIL, 2009), possibilitando o delineamento de um contexto em que a política está inserida, clarificando um pano de fundo do objeto de pesquisa pelo percurso histórico e pelas contribuições de pensadores clássicos e contemporâneos sobre o Estado.

Também foi feito levantamento dos principais marcos regulatórios e bases conceituais da política de educação e profissionalização (leis, decretos) nas esferas federais e estaduais. E produções acadêmicas da UFC que discutam o Movimento PRECE e a Aprendizagem Cooperativa, bem como matérias de produção escrita e áudios-visuais do Instituto Coração de Estudante e das Escolas Populares Cooperativas.

É importante demarcar que não se trata de uma leitura meramente informativa, mas também analítica, identificando seus autores, interlocutores e intencionalidades dentro de uma determinada conjuntura política e social (GUSSI *et al*, 2019).

No primeiro tópico “Breve contextualização política, econômica e social” é feita uma sucinta articulação entre o capitalismo financeiro, as proposições de política neoliberal e suas conseqüentes crises, ambientando o surgimento de governos progressistas no início dos anos 2000 e os avanços e limites desses governos, que embora tenham trazidos agendas sociais, mantiveram a mesma política econômica neoliberal.

No segundo tópico “Marcos regulatórios da Política de Educação” é feita uma apresentação dos principais marcos regulatórios da política de educação no contexto de implantação da EEEP Alan Pinho Tabosa, especialmente os que viabilizaram as políticas de educação técnica e recursos para educação básica, bem como expansão das universidades e do ensino superior,.

No terceiro tópico, “Trajetória institucional de Organização da Sociedade Civil” é feito sucinto resgate histórico do percurso organizacional da entidade PRECE/Instituto Coração de Estudante à luz das reconfigurações que a relação público-privada gera sobre a entidade, ora fortalecendo suas funções, ora enfraquecendo-a.

No quarto, e último tópico, “A experiência pedagógica da EEEP Alan Pinho Tabosa” é feita uma caracterização das proposições e estratégias pedagógicas da Aprendizagem Cooperativa e Solidária utilizada na escola e sua intencionalidade de promover protagonismo, autonomia e cooperação entre os discentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a experiência pedagógica da EEEP Alan Pinho Tabosa e seu interessante arranjo a partir de ação interinstitucional entre a Universidade Federal do Ceará, a Secretaria Estadual de Educação do Ceará e o Instituto Coração de Estudante/PRECE requer diferentes dimensões analíticas que serão feitas a seguir. Primeiramente uma contextualização político-social. Em seguida, demarcação dos principais marcos regulatórios da política de educação no período de seu surgimento. Depois delimitação da trajetória institucional do Movimento PRECE e o estabelecimento da relação público-privado. E, por fim, caracterização da experiência pedagógica da EEEP Alan Pinho Tabosa.

Breve contextualização política, econômica e social

No fim do Século XX, o advento das revoluções tecnológica/digital, o crescente acúmulo de capital pela economia rentista e o estabelecimento de um modelo aberto da economia global estabeleceu de forma hegemônica a lógica do capitalismo financeiro no mundo e aos países periféricos como o Brasil, imposta a adoção de uma política econômica neoliberal, de abertura aos ditames do mercado e privatizações.

No início dos anos 2000, o mundo como um todo veio a padecer as consequências de um sistema que centralizou o Capital como ponto balizador de todas as relações – a “Civilização do Capital”, como chama Mészáros, que acarretou “a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p.18).

Diante da crise sistêmica do Capital ascenderam a presidências, governos populares em vários países da América Latina, episódio esse que ficou conhecido com a “virada à esquerda” (CARVALHO, 2011), levando ao surgimento de alternativas progressistas de Estado.

No Brasil, houve a eleição, pela primeira vez na história, de alguém oriundo das classes populares, um metalúrgico, um nordestino e de partido de esquerda. A eleição de Lula e os quatro mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016, possibilitaram uma série de concretizações de proposições mais progressistas principalmente no campo social.

Contudo, é importante salientar que havia um contexto macroeconômico favorável que tornou possível essa situação. A economia brasileira ficou centrada nas

demandas externas da exportação de commodities⁵, enquanto a dinâmica interna foi alavancada pela ampliação de crédito e inserção no consumo das classes sociais antes excluídas (PAULANI, 2012). Como analisa Lang (2016) os governos progressistas “apostaram, na prática, no neodesenvolvimentismo e aprofundaram o modelo extrativista – argumentando com a necessidade de financiar o investimento social com os royalties obtidos com a exportação de commodities” (p.34).

É preciso ressaltar que esse modelo de desenvolvimento adotado pelo Partido dos Trabalhadores estava centrado em sua capacidade conciliatória de satisfazer os diferentes interesses de classe através da “construção de um equilíbrio de forças vinculadas ao capital e forças vinculadas ao trabalho, nomeadamente as massas trabalhadoras, circunscreve o fenômeno que, em uma inspiração gramsciana, pode ser denominado *cesarismo lulista*” (CARVALHO; GUERRA, 2015, p.52, grifo do autor).

Portanto, apesar dos avanços sociais galgados nesse período, foram incipientes em proporcionar transformações estruturais. Dessa forma, o PT cumpriu a consolidação do neoliberalismo no Brasil (PAULANI, 2012).

Marcos regulatórios da Política de Educação

Em paralelo a esse cenário econômico favorável são promulgadas legislações que viabilizaram a efetivação de políticas da educação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e no primeiro Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), mas que até então não haviam subsídios orçamentários para materializá-los em sua completude.

Assim no segundo mandato a presidência do Lula (PT) é lançado o “Todos Pela Educação” (BRASIL, 2007a), prevendo repasse de recursos para estados e municípios melhorarem a qualidade da educação em suas esferas. Arelado a isso foi promulgada a Lei do Fundeb (BRASIL, 2007b), criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, garantindo a existência desses recursos destinados à educação básica.

⁵ Principalmente petróleo, com a descoberta do Pré-sal. Disponível em: < https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/?gclid=Cj0KCQjw-uH6BRDQARIsAI3I-UdHNHOIRVoGEZk3aGtotKPSrwqCkU6E5O6vIXitFdCksnJMMo2e4ZcaAl2pEALw_wcB >. Acesso em 09/09/2020.

Também em 2007 foi dado início ao Programa Brasil Profissionalizado (BRASIL, 2007c) prevendo um ensino médio integrado à educação profissional, “ênfatizando a educação científica e humanística, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”. Em 2011, já no governo Dilma (PT), o programa foi ampliado para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (BRASIL, 2011), consolidando e expandindo suas frentes.

Aqui no Ceará, ainda em 2007, houve adesão ao Todos Pela Educação e celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), possibilitando recursos para construção e implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). As EEEP foram criadas pela Lei estadual nº 14.273/08 “sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho” (CEARÁ, 2008). Acrescenta-se o Decreto nº 29.704 /2009 que regulamentada a realização de estágios no ensino médio (CEARÁ, 2009) e o Decreto nº 30.282/2010 que reorganiza a Secretaria Estadual de Educação diante das novas necessidades de gestão com a implantação das EEEP (CEARÁ, 2010).

Já no ensino superior houve um conjunto de medidas que possibilitaram o acesso e permanência de estudantes de origem popular na universidade, algumas delas foram: o Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2007d), ampliando vagas, cursos noturnos e interiorização do ensino superior; o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010) possibilitando bolsas estudantis, residências e restaurantes universitários e a Lei das Cotas (BRASIL, 2012), que reserva 50% das vagas das universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia à alunos oriundos da escola pública.

No Ceará houve a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em 35 campi distribuídos em cidades do interior do estado, a criação de duas universidades públicas: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2010 e Universidade Federal do Cariri em 2013. Além da ampliação de vagas, cursos e campi da Universidade Federal do Ceará.

Soma-se a isso os programas associados à rede privada, como PROUNI – Programa Universidade Para Todos e o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior, denotando mais um aspecto ambíguo da política petista, que avançou no fortalecimento de políticas públicas, manteve claras e intensas parcerias com setor privado nesse processo.

Trajectoria institucional de Organização da Sociedade Civil

Nessa conjuntura política e social de governos progressistas, há também uma clara abertura ao diálogo e participação direta de setores da sociedade civil no setor público, tipificada na Lei do Terceiro Setor ou Lei das OSCIPs (BRASIL, 1999) e posteriormente pelo MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2014) que ao redefinir a caracterização dessas entidades ampliou as possibilidades de parceria público-privada.

Nesse ponto é preciso pontuar algumas análises feitas por Dagnino (2002) de como esse tipo de parceria mantém estreita relação com o modelo de gestão neoliberal, em que o Estado isenta-se de assumir majoritariamente a execução das políticas sociais, deixando a encargo do “Terceiro Setor” responder por boa parte da demanda social, inclusive perdendo nesse processo seu caráter de controle social, ao tornarem-se “responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços mas não perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras” (p.292).

Citó (2019) acrescenta, salientando as diferenças que existe entre as diversas Organizações da Sociedade Civil (OSC), que embora sejam agregadas por sua natureza jurídica, possuem distinções de origem, funcionamento e propósitos e cita dois modelos:

OSC de base comunitária, geralmente ligadas a comunidades pobres e com líderes com nível socioeconômico relativamente mais baixo; e OSC do terceiro setor, ligadas a regiões mais ricas do país, com líderes com nível socioeconômico mais elevado e que trabalham de forma mais técnica nas políticas públicas através de contratos com o governo, envolvendo-se menos em protestos e com relações mais formais com pessoas do setor público (CITÓ, 2018, p.26-27).

O PRECE/Instituto Coração de Estudante é uma experiência educacional de base popular que surgiu nas comunidades rurais do município de Pentecoste-CE em 1994 com apoio do professor universitário Manoel Andrade Neto (ANDRADE, 2019). A ação consistia em uma rede de apoio entre estudantes, universitários e graduados organizados através de associações, chamadas de Escolas Populares Cooperativas, que viabilizavam estímulo e recursos para que estudantes de origem popular ingressassem, permanecessem e retornassem da universidade. Como coloca Avendaño (2008, p.29) as Escolas Populares Cooperativas do PRECE “formam uma rede de atuação em educação básica, controle social, governança e desenvolvimento econômico”.

As estratégias para o ingresso na universidade davam-se pela disponibilização de espaço e materiais didáticos para os encontros das Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa (MIRANDA *et al*, 2011), que eram pequenos grupos de estudo organizados pelos próprios estudantes pré-universitários. Aos fins de semana, tinham aulas com universitários. Barbosa (2016, p.9) afirma “O PRECE estimula que os jovens universitários contribuam com a aprendizagem dos estudantes de suas localidades, gerando uma rede de solidariedade e cooperação entre eles”.

Uma vez aprovados, os calouros recebiam apoio dos veteranos para requisição das políticas de assistência estudantil, fundamentais para sua permanência na universidade, como residência, alimentação, bolsas, etc. E, ocasionalmente, quando tais políticas atrasavam ou lhes eram negadas, contavam com uma rede solidária de estudantes para suprir tais necessidades básicas. Assim, tinham como “objetivo ajudar estudantes de origem popular a ingressarem na universidade e permanecerem nela até a sua graduação” (ANDRADE NETO, 2018, p.91).

Já o retorno da universidade era tanto no sentido literal de viabilizar transporte aos “precistas” para que voltassem aos fins de semana às suas comunidades de origem, como também o retorno no sentido ampliado de que os conhecimentos acadêmicos e profissionais fossem utilizados em benefício da sociedade, de transformar para melhor a comunidade, município e mundo (ANDRADE NETO, 2018; VIEIRA, 2008).

Pesquisadores como Ribeiro (2018, p.7) analisam que o “estoque de capital social gerado no PRECE elevou o nível de empoderamento cidadão e de potencial de capital social emancipatório dos egressos da experiência, influenciando positivamente os seus níveis de participação política”. Para isso, além das atividades relacionadas aos conteúdos escolares, eram propostas rodas de conversas, formações para articulação e liderança de grupos, realização de projetos sociais e comunitários, movimentos de educação política, inserção coletiva em espaços institucionais, etc. Essas ações tinham como intuito garantir um alinhamento de valores e propósitos, disseminando a idéia de que ascensão social individual, conseguida pelo diploma universitário, não era um fim em si mesmo, a perspectiva era de um resultado coletivo, de mudanças sociais (RIBEIRO, 2018; VIEIRA, 2008).

Ao longo dos anos o Movimento Prece institucionalizou-se na Universidade Federal do Ceará “com os princípios do protagonismo, da autonomia para aprendizagem, da cooperação e da solidariedade, aqueles mesmos utilizados pelos estudantes precistas” (ANDRADE NETO, 2018, p.102) através de projetos de extensão

e também do Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE)⁶ e do Programa de Estímulo a Cooperação na Escola (PRECE)⁷, que levou a mesma sigla do movimento (ANDRADE, 2019, p.21).

A expansão da Universidade Federal do Ceará nesse período possibilitou que o ciclo de mútua ajuda entre os estudantes do PRECE pudesse se amplificar de forma que universitários oriundo dos mais diversos lugares agregaram-se ao movimento com o compromisso em comum de voltar-se para escola pública, estimulando o acesso a universidade desses estudantes.

A abertura a movimentos sociais como o PRECE, trouxe para dentro da escola uma metodologia ativa de aprendizagem centrada no protagonismo, cooperação e solidariedade entre os estudantes, gerando tensão para superação de modelos de educação tradicional centrados no ensino passivo (ANDRADE NETO *et al*, 2019).

À medida que esses estudantes graduavam-se, passaram a atuar como profissionais na rede pública de educação. Assim, a experiência na escola EEEP Alan Pinho Tabosa foi resultante da concomitância de papéis desses “precistas”, que simultaneamente possuíam vinculações com UFC, SEDUC e ICORES. Neste entrelaçamento forjaram uma atuação interinstitucional, mesmo na ausência de um convênio oficial com a entidade jurídica do PRECE, o Instituto Coração de Estudante.

Contudo, essa inserção em cargos governamentais de lideranças de movimentos sociais é ambígua em seus efeitos. Se por um lado, essa simbiose possibilita o fortalecimento de políticas públicas, uma vez que tais lideranças trazem para dentro do Estado um conjunto de práticas emancipatórias, comunitárias e democráticas (CITÓ, 2019). Por outro lado, é possível analisar essa prática como cooptação ao Estado de tais lideranças, perdendo a perspectiva crítica de cobrança ao Governo e controle social, perdendo sua vinculação com os movimentos de base (DAGNINO, 2002).

Na trajetória institucional do PRECE a medida em que há uma inserção na rede pública há uma coincidente diminuição das atividades desenvolvidas nas Escolas Populares Cooperativas (EPCs). Alguns viram nisso a completude de uma missão, ao inserir sua tecnologia educacional na rede pública, atribuindo ao Estado o papel que vinha desempenhando. Outros integrantes viram com pesar e luto o fechamento das EPCs, vendo aí fracasso, tendo em vista as outras atividades comunitárias que essas

⁶ Disponível em: < <http://www.pacce.ufc.br/pacce/> > Acesso em 02/09/2020.

⁷ Disponível em: < <http://www.ufc.br/noticias/12457-eideia-seleciona-390-estudantes-para-programas-de-aprendizagem-cooperativa> > Acesso em 02/09/2020.

instituições cumpriam e que foram paulatinamente desarticuladas nesse processo (RIBEIRO, 2018). Seria preciso analisar outros fatores influenciadores desse fenômeno e seus desdobramentos.

Em 2019, ano de comemoração dos 25 anos de origem do PRECE, foram realizadas duas audiências públicas, uma na Câmara Federal, presidida pelo Deputado Federal Idilvan Alencar (PDT)⁸ e uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Ceará, presidida pelo Deputado Estadual Acrísio Sena (PT)⁹.

Nessas audiências foram feitas apresentações e depoimentos sobre as ações do PRECE em distintos espaços, reafirmando a consonância entre: 1) movimento de educação popular das Escolas Populares Cooperativas do Instituto Coração de Estudante; 2) programas universitários em aprendizagem cooperativa, como o Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE) e o Programa de Estimulo a Cooperação na Escola (PRECE) da Universidade Federal do Ceará e 3) escolas da rede pública do estado, representadas pelas duas que fizeram adesão total a metodologia que foi a EEEP Alan Pinho Tabosa (Pentecoste-CE) e também a escola EEEP Giselda Teixeira (Palmácia-CE).

Compunham a mesa diversos convidados e autoridades públicas, como representantes da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará – Rogers Mendes, da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – Jefferson Maia, o superintendente do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) - Eudoro Santana, o Professor Custódio Almeida, da Universidade Federal do Ceará e a vice-governadora do Estado do Ceará, Professora Izolda Cela que em seu depoimento “considera o projeto revolucionário e afirmou que é importante que o Estado se comprometa com a expansão de um modelo de educação como o que é praticado pelo Prece”.

A experiência pedagógica da EEEP Alan Pinho Tabosa

No Estado do Ceará, em 10 anos de implantação, foram inauguradas 119 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em 95 municípios cearenses, totalizando 52.571 matrículas, o que corresponde a 12% das vagas para alunos no ensino médio,

⁸ Disponível em <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/1107>

⁹ Disponível em <https://al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/86067-2310jm-audiencia-prece>

segundo dados apresentados pelo Sistema de Gestão Escolar de 2018 da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (CEARÁ, 2020).

Como mencionado anteriormente, as EEEPs surgem por meio de recursos advindos do Pronatec (BRASIL, 2011) estando portanto associadas ao modelo de educação técnica profissional integrada ao ensino médio. Assim, com carga horária ampliada para 9 horas aula por dia, disponibiliza 52 cursos técnicos nas mais diversas áreas, fazendo as correspondências com as demandas produtivas de cada região, promovendo a qualificação para o mercado de trabalho no nível médio.

Contudo, no Ceará, atrelou-se também a essa formação técnica um currículo de formação integral humana, posteriormente organizada pela Política de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais proposta pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará (CEARÁ, 2020), que agrega um conjunto de ações como: Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS); Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT); Mediação Social e Cultura de Paz; Aprendizagem Cooperativa; Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, dentre outros, suscitando desenvolvimento pessoal dos estudantes.

Dessa forma, a matriz curricular de todas as EEEP contempla as seguintes áreas de aprendizagem: 1) formação geral, com disciplinas da base nacional comum requeridas pelo ensino médio; 2) formação profissional, com disciplinas relacionadas a cada um dos cursos técnicos desenvolvidos e 3) parte diversificada, com conteúdos voltados para a formação cidadã dos alunos tanto no campo pessoal como profissional.

A EEEP Alan Pinho Tabosa além do referido currículo comum a todas as EEEPs, traz em seu Projeto Político Pedagógico as concepções da Aprendizagem Cooperativa e Solidária, sistematizada a partir do movimento PRECE, empregando a metodologia nos planos de aula de professores, ações e estratégias de aprendizagem escolar e em projetos estudantis dentro e fora da escola em articulação com a universidade e a comunidade.

Conforme Andrade Neto *et al* (2019), a Aprendizagem Cooperativa e Solidária é baseada em cinco premissas: educação emocional, aprendizagem cooperativa, parceria professor-estudante, autodeterminação dos estudantes e solidariedade. Premissas que embasam um conjunto de práticas e estratégias escolares que “propiciam o desenvolvimento de estudantes protagonistas, cooperativos, solidários e parceiros da escola” (ANDRADE NETO *et al*, 2019, p.9). Para cada premissa a escola possui pelo menos uma estratégia para promovê-la de forma mais enfática em sua rotina escolar.

Para estimular uma ambiência de *educação emocional* a EEEP Alan Pinho Tabosa utiliza a *contação de história de vida* entre discentes, docentes, gestão, funcionários, egressos e a comunidade de uma forma geral. São realizadas oficinas no início de cada ano letivo, onde toda a comunidade escolar compartilha suas trajetórias de vida em um clima de valorização e respeito às diferenças. Essa prática eventualmente também é utilizada na sala de aula, para breves compartilhamentos de experiências pessoais entre os estudantes em momentos de aquecimentos antes das aulas. E ao final do ensino médio, na colação de grau, essas narrativas dos estudantes são retomadas como prêmios pelo percurso percorrido.

Para viabilizar a utilização da *aprendizagem cooperativa*, todos os professores da escola são orientados a executarem planos de aulas utilizando técnicas de aprendizagem cooperativa. Contudo, haja vista a dificuldade de alguns deles em empregá-la a escola criou a *Técnica ETMFA*, que é uma técnica híbrida que mescla uma aula expositiva, com uma aula em aprendizagem cooperativa. Nela o tempo de fala dos professores fica restrito ao momento inicial, onde realiza uma “exposição introdutória” sobre o tema a ser estudado e ao momento final, quando realiza um “fechamento” da aula, conduzindo um momento de síntese e esclarecimento de dúvidas. Todo o restante do tempo de aula, cerca de 70%, é dedicado às atividades dos estudantes autogeridas, intercalando tarefas individuais, tarefas grupais (metas coletivas) e avaliação de aprendizagem.

Para promover a *parceria professor-estudante* a escola adotou a estratégia dos *Coordenadores de Célula*. A turma é dividida em trios, chamados de Células, e em cada trio há um estudante que assumirá a função de coordenador. Para tanto, esse estudante passa a receber uma formação para ser uma “liderança cooperativa e solidária”, passando a ter o papel de articular os colegas que fazem parte de sua Célula para realização das atividades. Assim, durante as atividades grupais os estudantes exercitam práticas de uma equipe cooperativa, como a utilização de contrato de cooperação, divisão de funções, estabelecimento de objetivos e metas, gestão de tempo, gestão de liderança, avaliações grupais e autoavaliações de forma autônomas e autogeridas, com mínimo de interferência do professor.

Para fomentar a *autodeterminação* dos estudantes é garantido a eles tempos e espaços escolares para o estudo autônomo e autorientado, seja individual ou grupal, que seriam nas *Células Autônomas e Solidárias de Aprendizagem Cooperativa*. Agrega-se a isso momentos formativos que discutem a importância de autonomia para

aprendizagem, motivação, sentimento de autoeficácia, dentre outras temáticas correlacionadas a tais competências intrapessoais.

Para incitar a *solidariedade* entre os discentes a escola encoraja a filosofia de “Ser o melhor estudante *para* turma” e “Ser a melhor escola *para* comunidade”, instigando que as competências e as habilidades dos estudantes sejam utilizados na realização de projetos estudantis dentro ou fora da escola, para benefícios coletivos. Um exemplo de tais ações é o *Projeto Estudante Cooperativo*, voltado para aprendizagem escolar de crianças/adolescentes de outras escolas da região.

A partir de 2015, quando as primeiras turmas da EEEP APT, colou grau e uma parte considerável de seus estudantes ingressaram no ensino superior, iniciou-se um ciclo estudantil muito similar ao do Movimento PRECE, que era uma articulação entre estudantes da escola e universitários em diferentes projetos, alguns voltados para fortalecimento da educação básica e outras para desenvolvimento comunitário (RIBEIRO, 2018).

Nesse mesmo período, programas universitários da UFC, especialmente o Programa de Estímulo a Cooperação na Escola, que funcionou de 2016 a 2019, institucionalizou esse retorno massivo à escola e à comunidade dos egressos da EEEP APT, possibilitando a realização de projetos como Letras Solidárias¹⁰, Eu Curto a Universidade¹¹, Iniciação à Docência, etc.

Nos últimos anos, a EEEP Alan Pinho Tabosa tornou-se uma referência local¹², nacional¹³ e internacional¹⁴ de inovação pedagógica, sendo espaço de visitação e compartilhamento de experiências com escolas da rede pública e privada através de formações e produção de materiais pedagógicos, participação em documentários e pesquisas acadêmicas, destacando o quanto as estratégias utilizadas pela escola viabilizaram não somente melhora de desempenho acadêmico e socioemocional, mas também a construção de uma rede de apoio e parceria entre discentes.

¹⁰ Disponível em <http://www.letrassolidarias.com/>

¹¹ Disponível em <http://eucurtoauniversidade.blogspot.com/p/o-projeto.html>

¹² Realização de Jornada Formativa com professores da rede pública cearense. Disponível em <https://eideia.ufc.br/pt/prece-divulga-resultado-final-da-selecao-para-a-jornada-formativa-2018/>

¹³ Série “Sementes da educação” Disponível em: < <https://www.videocamp.com/pt/movies/ep-9-sementes-da-educacao-eeep-alan-pinho-tabosa>>. Acesso 25/08/2020

¹⁴ Rede internacional de Escolas Transformadoras. Disponível em < transformadoras.com.br >. Acesso em 04/03/2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da EEEP Alan Pinho Tabosa como uma experiência interinstitucional da Universidade Federal do Ceará, Secretaria Estadual de Educação do Ceará e PRECE/Instituto Coração de Estudante foi possível dentro de uma confluência de uma conjuntura social e política progressista de expansão das universidades federais, ampliação de repasses de recursos para educação básica e abertura para inserção e, de certa forma institucionalização, da sociedade civil organizada na gestão pública.

Essa parceria viabilizou uma potente experiência pedagógica capaz de promover formação integral dos estudantes, articulando competências acadêmicas, socioemocionais e a construção de uma rede discente de apoio para enfrentamento de dificuldades pessoais, escolares e mesmo sociais.

Contudo, o atual momento traz um cenário completamente distinto do anterior: um governo de extrema direita, que vem realizando ataques orçamentários e ideológicos à educação pública, reverberando na finalização da participação da UFC nessa parceria interinstitucional e no esvaziamento de atuação do PRECE/Instituto Coração de Estudante. Nesse contexto, surge a questão de como a EEEP Alan Pinho Tabosa vai reconfigurar seu papel nessa nova conjuntura? De que forma essa rede entre ensino superior, educação básica e sociedade civil organizada pode se articular para mútuo fortalecimento em cenário tão desfavorável?

São muitos os desafios do presente, superar perspectivas individualistas e estritamente mercadológica da educação é uma necessidade pungente. Nesse sentido, é preciso voltar o olhar e identificar as potencialidades de experiências como a EEEP Alan Pinho Tabosa, reconhecendo a importância do estabelecimento de redes de apoio e comprometimento comunitário e entre instituições, fazendo-se estratégia de emancipação, inclusão e transformação social tão fundamentais ao Brasil contemporâneo.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. T. *Narrativas de vida e formação de estudantes e lideranças do Programa de Educação em Células Cooperativas*. 2019. 457f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza(CE), 2019.

ANDRADE NETO, M.; AVENDANO, A. A; QUEIROZ, T. F M (Org.). *Guia Prático para Elaboração de Planos de Aula em Aprendizagem Cooperativa e Solidária – Técnica de Transição Metodológica – ETMFA*. Fortaleza:Instituto Coração de Estudante, 2019.

ANDRADE NETO, M. *Pelos que ficaram pra trás e para os que estiveram comigo*: narrativa autobiográfica do Professor Manoel Andrade Neto, um matuto sonhador. In: Memorial para obtenção do título de Professor Titular do Departamento de Química Orgânica e Inorgânica da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. (texto não publicado).

AVENDAÑO, A.C.A. PRECE: Caminhadas de sujeitos comunitários. In: XIMENES, V.M.; AMARAL, C.E.M; REBOUÇAS JÚNIOR, F.G. (orgs) *Psicologia Comunitária e Educação Popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará*. Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2008.

BARBOSA, M. S. *Relações entre os valores do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) e os valores pessoais de seus participantes*. 2016. 232f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2016.

BRASIL. Presidência da República. [Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). *Diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm >. Acesso em: 28/02/2020.

_____. Presidência da República. [Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm >. Acesso em: 28/02/2020.

_____. Presidência da República. [Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111494.htm). *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111494.htm >. Acesso em: 28/02/2020

_____. Presidência da República. [Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm). *Programa Brasil Profissionalizado*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm >. Acesso em: 28/02/2020

_____. presidência da república. [lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm). *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm >. Acesso em: 28/02/2020

_____.Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes.> Acesso em: 28/02/2020

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 28/02/2020

_____. Diário Oficial da União. 25 abr. 2007. *Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 20 fev.2020.

_____. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o *Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. [S. l.], 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20/02/2020.

_____. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o *ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf > Acesso em 26/08/2020.

_____. Decreto Nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre *regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8726.htm. Acesso em: 26/08/2020.

_____. *Entenda o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13019/2014*. Secretaria de Governo da Presidência da República. Laís de Figueiredo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt. Brasília: Presidência da República, 2016, 130p.

CARVALHO, F. V.; ANDRADE NETO, M. *Metodologias Ativas: aprendizagem cooperativa, PBL e pedagogia de Projetos*. São Paulo: República do Livro, 2019.

CARVALHO, A. M. P; GUERRA, E. C. *O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica*. Revista Políticas Públicas, São Luís, v.19, n.1, p.41-60, jan./jun. 2015.

CARVALHO, A. M. P. Políticas Públicas: desafios para enfrentamento das desigualdades. In: *I Ciclo de Debates: residência agrária*, 2011

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. *Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013*. Economia Aplicada: Ribeirão Preto, vol.19, nº.2, 2015.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Educação Profissional. Criação das EEEPs. Disponível em: < https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=103 > Acesso em 02/09/2020.

_____. Governo do Estado do Ceará. Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Notícias. Disponível em: < <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/02/22/cidadania-tematica-ganha-destaque-na-educacao-estadual-com-lancamento-de-politica-de-desenvolvimento-de-competencias-socioemocionais/> > Acesso em 02/09/2020.

_____. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a *criação das Escolas Estaduais de educação profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria de Educação, e dá outras providências*, publicada no DOE de 23/12/2008, série 2, ano XI, nº 245, caderno 1/3, p. 1.

_____. Decreto nº 29.704/2009 de 14 de abril de 2009. *Altera o programa de estágios em órgãos e entidades da administração pública estadual direta, indireta, autárquica e fundacional para adequar as disposições impostas pela lei federal nº11.788, de 25 de setembro de 2008 e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado do Ceará de 14 de abril de 2009, série 3, ano I, Nº 066.

_____. Decreto nº 30.282/2010 de 04 de agosto de 2010. *Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da secretaria da educação (seduc), e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de 05 de agosto de 2010, série 3, ano I, nº146.

CITÓ, R. B. C.. *Nós temos o poder de carismatizar o estado: avaliação da parceria entre sociedade civil e estado em uma experiência de saúde mental comunitária de Fortaleza*. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Consolidação Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, M.G. Movimentos Sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas In: GOHN, M.G.(org) *Movimentos sociais no início do século XXI: artigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUSSI, A. F.; NOGUEIRA, T. A.; TORRES JUNIOR, P.; SILVA, P. J. B. *Para quê, como avaliar em profundidade? Análise das dimensões políticas, epistemológicas e metodológicas de uma nova perspectiva de avaliação*. In: III ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2019, Natal, Anais... Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J.(org) *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: fundação rosa Luxemburgo, 2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed., rev. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MIRANDA, C. S. N.; BARBOSA, M. S.; MOISÉS, T. F. de. A aprendizagem em células cooperativas e a efetivação da aprendizagem significativa em sala de aula. *Revista do Nufen*, Belém (PA), ano 3, v. 1, n. 1, p.17-40, jan./jul. 2011.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: *Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Diretoria de Estudos e

Relações Econômicas e Políticas Internacionais. – n.1, (jan./mar. 2010 –). – Brasília: Ipea. Dinte, 2010.

RIBEIRO, T. W. S. R.. *Capital social e participação política: a experiência de empoderamento cidadão de egressos da rede de associações do PRECE/CE*. 2018. 191f. - Dissertações (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.

RODRIGUES, L. C. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, v.2, n.16, julho/dezembro de 2019.

_____. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. *Revista Desenvolvimento em Debate*, v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

VIEIRA, Emanuel Meireles. *Atividade comunitária e conscientização: uma investigação a partir dos modos de participação social*. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2008.